



1

1 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPG - BELÉM/PA – 24/11/2011**
2 **ATA 19/2011**

3

4

5 Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às nove horas, na
6 Sala Marajó 1 do Hangar Centro de Convenções, localizado na Avenida Doutor Freitas,
7 s/n, Marco, Belém/PA, em Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos
8 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes
9 os Excelentíssimos Senhores Doutores: Kátia Rejane de Araújo Rodrigues, Procuradora-
10 Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais, representando Sammy
11 Barbosa Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Acre, Eduardo Tavares Mendes,
12 Procurador-Geral de Justiça de Alagoas, Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de
13 Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do
14 Amazonas; Sara Mandra Moraes Rusciolleli Souza, Procuradora-Geral Adjunta,
15 representando Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia; Maria
16 do Perpétuo Socorro França Pinto, Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira
17 Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
18 Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Benedito Torres
19 Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima Rodrigues Travassos
20 Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho,
21 Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral
22 de Justiça Adjunto Jurídico, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral
23 de Justiça de Minas Gerais; Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de
24 Justiça do Pará; Nelson Antônio Carvalho Lemos, Subprocurador Geral de Justiça,
25 representando Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba;
26 Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Alípio de
27 Santana Ribeiro, Subprocurador-Geral de Justiça, representando Zélia Saraiva Lima,
28 Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça
29 do Rio de Janeiro, Presidente do CNPG; Ildemar Kussler, Procurador de Justiça,
30 representando Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia; Fábio
31 Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral
32 de Justiça de Santa Catarina; Francisco Stella Junior, Subprocurador Geral de Justiça de
33 Relações Externas, representando Fernando Grella Vieira, Procurador-Geral de Justiça de
34 São Paulo; Newton Silveira Dias Junior, Procurador de Justiça, representando Orlando
35 Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Clenan Renaut de Melo
36 Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz,
37 Procuradora-Geral da Justiça Militar. O Senhor Presidente, Doutor Cláudio Soares Lopes,
38 iniciou a sessão, cumprimentando o Procurador-Geral de Justiça anfitrião, Doutor Barleta,
39 pela recepção proporcionada a todos os participantes da Reunião. Saudou ainda a
40 Secretária Executiva e a todos os membros do Colegiado. Convidou para tomar assento à
41 mesa diretora o Conselheiro Gilberto Valente Martins, Promotor de Justiça do MP/PA e

2

1



1

1 membro do CNJ. Passou a palavra ao Doutor Barleta, o qual saudou a todo o Colegiado, 2 desejando boas-vindas. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Doutor 3 Gilberto Valente Martins, o qual iniciou sua intervenção, saudando o Presidente e o 4 Doutor Barleta. O Conselheiro ressaltou a responsabilidade inerente ao exercício de sua 5 função no CNJ e explicou que sempre procura Procuradores-Gerais dos estados, quando 6 se depara com denúncias em face de algum magistrado. Teceu alguns comentários sobre 7 as declarações da Ministra Corregedora, informando haver sido publicado em jornal 8 manifesto de apoio à atuação da Ministra. Um outro assunto mencionado referiu-se a 9 processo inédito de corte orçamentário em face de irregularidades. Esclareceu que foi 10 escolhido para compor a Comissão de Segurança da Magistratura e que propôs que o 11 CNMP fizesse parte dessa Comissão, entre outros motivos, pela vulnerabilidade dos 12 membros do Ministério Público em questões de segurança, às vezes até maior do que a 13 de membros do Judiciário. Um outro tema norteador da sua atuação no CNJ, explicou 14 Doutor Gilberto, é o referente às ações de improbidade, no âmbito do qual ele propôs a 15 realização de um diagnóstico dessas ações, buscando a responsabilidade pela morosidade 16 processual. Noticiou a proposta de criação de um Fórum Nacional de combate à 17 corrupção. Declarou-se disponível para tratar dos assuntos de interesse da classe. O 18 Procurador-Geral do Paraná, Doutor Olympio Sotto Maior Neto, saudou a todos, fez uso 19 da palavra, para fazer observações quanto ao orçamento do Judiciário, declarando que o 20 CNJ deveria permitir este acompanhamento orçamentário pelo Ministério Público. No 21 tocante ao julgamento das Ações Cíveis, lembrou Moção deste Conselho, enviada ao CNJ 22 há dois anos, visando a mudar este panorama de descrença na prestação jurisdicional. O 23 Presidente registrou as presenças do Corregedor Nacional, Doutor Jeferson, do 24 Conselheiro Alessandro e do Deputado Vieira da Cunha. A Doutora Sara Mandra, 25 Procuradora-Geral Adjunta do Ministério Público da Bahia, saudou o Conselheiro Gilberto, 26 e relatou algumas experiências no trato com as ações de improbidade, revelando que não 27 tem visto resultados nos processos ajuizados junto ao Tribunal de Justiça da Bahia. Em 28 continuação aos trabalhos, o Presidente registrou a presença do Doutor Cesar Mattar, 29 Presidente da CONAMP e concedeu a palavra ao Corregedor Nacional, Doutor Jeferson 30 Coelho, que saudou os presentes, externando sua satisfação em estar presente à Reunião 31 do CNPG. Doutor Cláudio enalteceu a presença dos Conselheiros do CNMP. Em seguida, 32 transferiu a palavra ao Conselheiro do CNJ, Doutor Gilberto, agradecendo-lhe pela 33 exposição e oferecendo apoio às iniciativas do Conselheiro. Doutor Gilberto fez uma 34 observação de ser proveitoso o fato de haver uma Turma especializada ou Vara 35 especializada, por permitir um melhor controle da atuação do Judiciário. Informou que a 36 Procuradora-Geral do MPDFT fez uma proposta, na linha de orientação adotada no MP do 37 Pará de unificação dos aspectos cível e criminal da improbidade na atuação ministerial. 38 Em continuação, o Presidente do CNPG concedeu a palavra ao Conselheiro do CNMP, 39 Doutor Alessandro, o qual enfocou alguns itens. O primeiro deles referiu-se à necessidade 40 de regulamentação dos grupos especiais vinculadas ao combate à criminalidade 41 organizada. Noticiou também o processo de alteração do Regimento do CNMP, o que

2

2

1

1reflete também no processo de edição de Resoluções pelo Conselho Nacional. Um
2terceiro assunto foi o relativo à possibilidade de declaração de inconstitucionalidade no
3âmbito dos processos administrativos, em face de decisões do CNMP. O Conselheiro
4destacou que se tem começado a adotar uma postura de maior respeito às Leis
5Orgânicas, de sorte a deixar os Procuradores-Gerais à vontade para agirem sem a
6preminência de determinações oriundas do CNMP. Doutor Cláudio agradeceu a presença
7de Doutor Alessandro, ressaltando ser bastante proveitosa a presença dele no Conselho.
8Após, o Presidente do CNPG concedeu a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, ao tempo
9em que salientou a positiva atuação do parlamentar, especificamente no Projeto de Lei
10referente aos depósitos judiciais. Doutor Cláudio ressaltou o trabalho que foi feito no
11intuito de impedir que a conquista de parte dos depósitos destinados ao Ministério
12Público fosse perdida, declarando confiar na aprovação do projeto no plenário da
13Câmara. O deputado explicou o longo trâmite e toda a negociação envolvida para a
14obtenção do resultado favorável ao Ministério Público e defendeu que a aprovação em
15caráter de urgência no plenário da Câmara dos Deputados fortaleceria o texto aprovado
16na Comissão de Constituição e Justiça. A Procuradora-Geral do Amapá, Doutora Ivana
17Franco Cei, ao ser noticiada a realização de audiência com o Presidente da Câmara,
18sugeriu que fosse divulgado o horário do encontro. Na sequência, Doutor Zardini
19informou que já está sendo providenciada uma mudança e incremento na busca da
20defesa dos interesses do Ministério Público no Parlamento, pedindo o auxílio do
21Colegiado e da Presidência nesse propósito. O Presidente concordou com a observação,
22ao tempo em que anunciou a presença do Doutor Ildemar Kussler, representando o
23Procurador-Geral de Rondônia. Ao ressaltar as qualidades do referido Procurador de
24Justiça, fez a indicação dele para compor o Grupo de Acompanhamento Legislativo. O
25Presidente também anunciou a intenção de, no momento em que acabar o mandato de
26Procurador-Geral do Doutor Zardini, tendo em vista a sua competência no trato das
27questões de acompanhamento legislativo, integrá-lo ao grupo de Acompanhamento. O
28Colegiado aprovou esta proposta, e o Doutor Zardini agradeceu a confiança nele
29depositada. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente devolveu a palavra ao
30Deputado Vieira da Cunha, para suas considerações finais, agradecendo-lhe a presença na
31Reunião e o espaço que tem sido franqueado por ele para a defesa dos interesses
32ministeriais. O deputado colocou-se à inteira disposição para esse mister. O Presidente
33ainda mencionou uma lacuna na legislação penal, uma vez que o autor da ação penal não
34possui uma liberdade ampla para negociar a delação premiada com os acusados. Em
35outras palavras, segundo o Presidente, falta efetividade em muitos casos, O tema dividiu
36opinões no Colegiado, havendo o consenso de que esse instrumento deve ser usado com
37muita cautela. A Procuradora-Geral do MPDFT, Doutora Eunice Carvalhido, levantou o
38critério da finalidade (por exemplo, desbaratar toda uma quadrilha) como a baliza para
39aplicar o instituto da delação premiada. Adentrando no ponto da pauta atinente ao
40Acompanhamento junto aos Tribunais Superiores, a Doutora Eunice fez o registro de
41decisão recente do Supremo (16/11/2011), relativa à proibição de policiais civis fazerem



1

1 greve, face à natureza da atividade por eles desempenhada. A Procuradora tomou o
2 ensejo para reforçar a necessidade de apontar o nome do membro do Ministério Público,
3 na folha de rosto dos recursos endereçados ao Supremo Tribunal Federal, que será
4 intimado eletronicamente. Um segundo ponto refere-se ao II Diagnóstico do Ministério
5 Público, ocorrido no Ministério da Justiça, em relação ao qual a Doutora Eunice
6 Carvalhido afirmou encontrar muitas falhas e um descompasso entre a realidade do
7 Ministério Público e o Diagnóstico apresentado pela empresa contratada pelo Ministério
8 da Justiça para realizar o trabalho. Como sugestão, a Procuradora-Geral propôs uma
9 intensificação mais intensa do contato com o Ministério da Justiça. O Presidente informou
10 que a página do CNPG está sendo reformulada e o Ministério Público de Rondônia
11 passará para o Rio de Janeiro todos os dados, centralizando todas as informações em um
12 só lugar. A Procuradora-Geral do Estado do Ceará elogiou a iniciativa da atual gestão de
13 unificar a postagem das informações dos Grupos e do próprio CNPG. O Procurador-Geral
14 do Rio Grande do Sul, Doutor Veiga, sugeriu que, em face da discussão sobre o foro
15 competente para o ajuizamento de ações de improbidade, se no primeiro ou no segundo
16 grau, haja uma articulação junto ao Supremo, para que a questão seja definida.
17 A seguir, o Presidente apresentou o calendário provisório de reuniões do CNPG para o
18 ano de 2012, o qual já havia sido aprovado na reunião de Fortaleza, apenas com a
19 mudança de março, cuja reunião acontecerá em Alagoas e não mais em Sergipe. Em
20 seguida, Doutor Cláudio submeteu o regulamento do Prêmio de Jornalismo à deliberação
21 do Colegiado. Em discussão: O Subprocurador Geral de Justiça de São Paulo, Doutor
22 Francisco Stella Júnior, questionou a viabilidade de se vincular o prêmio a dinheiro, e se
23 não seria um montante muito elevado, em face da proposta de o valor ser R\$ 10 mil por
24 categoria, somando para os primeiros lugares o valor de R\$ 30 mil. O Presidente
25 argumentou sobre a visibilidade que o Prêmio traria para o CNPG. Após a notícia de
26 alguns Estados que também adotaram a concessão de prêmios em pecúnia, foi aprovado
27 o Regulamento nos termos propostos pela Presidência. Após o intervalo de almoço,
28 foram retomados os trabalhos. O Presidente concedeu a palavra ao Doutor Nelson
29 Antônio Carvalho Lemos, Subprocurador Geral de Justiça, o qual representando o
30 Procurador Geral de Justiça da Paraíba, Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho,
31 apresentou um breve relatório da Operação Sonegação Fiscal. Esclareceu que foram
32 abordados por volta de 10 mil estabelecimentos, e apenas não participaram da operação
33 os estados de Alagoas, Roraima, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso. Os valores de
34 representação passaram de R\$ 16 bi. No Estado da Paraíba, não obstante os auditores
35 fiscais estivessem em greve, o Secretário de Finanças efetuou o desbloqueio de acesso ao
36 sistema fazendário. Já foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta com os lojistas
37 que estavam descumprindo as regras de emissão de nota fiscal. O Presidente externou
38 sua satisfação com o trabalho desenvolvido, destacando a repercussão nacional da
39 operação. O Presidente concedeu a palavra ao Doutor Newton Silveira Dias Junior,
40 Procurador de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, o qual
41 destacou que naquele estado foi criada há duas semanas uma Promotoria de Defesa da

2

4



1

1 Ordem Tributária e Combate à Sonegação Fiscal, com atribuições cíveis e criminais. O
2 Presidente concedeu a palavra ao Doutor Jarbas Soares, o qual reafirmou a missão de unir
3 os Ministérios Públicos dentro do CNMP e estabelecer pontes de diálogo. O Conselheiro
4 destacou a mudança na forma de trabalho, de comportamentos e de decisões no âmbito
5 do CNMP. Como um exemplo, o Conselheiro informou que seria deliberado no âmbito do
6 Conselho a impossibilidade de decisão administrativa do Conselho alterar determinação
7 de Lei Orgânica estadual. O Doutor Francisco Cruz, Procurador-Geral do Amazonas,
8 elogiou a atuação do Doutor Jarbas. A Procuradora-Geral do Ceará, Doutora Socorro,
9 externou os agradecimentos ao Conselheiro, ressaltando os seus trabalhos na defesa de
10 meio ambiente, sendo responsável pela criação da ABRAMPA. O Procurador-Geral
11 Fernando Zardini também apresentou seus cumprimentos ao Doutor Jarbas Soares. Por
12 fim, o Conselheiro anunciou uma parceria a ser implementada entre o Banco Mundial e o
13 CNMP. Concedeu-se a palavra ao Doutor Sergio Dario Machado, Vice-Presidente do
14 CDEMP, para que apresentasse a agenda do ano de 2012, a Agenda Nacional de Eventos
15 (ANE). Este instrumento, dentre outras finalidades, permite o acesso de qualquer lugar, e
16 publiciza os eventos para quem os organiza e/ou quem os frequenta. Doutor Cláudio
17 propôs, a depender da disponibilidade do Ministério Público do Espírito Santo para enviar
18 algum servidor ao Rio de Janeiro, que esta funcionalidade pudesse ser agregada ao novo
19 site do CNPG. Na sequência, foi conferida a oportunidade a Doutora Fátima Travassos,
20 Procuradora-Geral do Maranhão, para tratar de item da pauta sob sua relatoria,
21 Disponibilização de Informações Bancárias diretamente ao Ministério Público. A
22 Procuradora esclareceu que tal projeto foi uma maneira de uniformizar a obtenção das
23 informações de contas públicas. Ressaltou que a sua Assessoria entendeu e ela acolheu,
24 para que o Convênio fosse firmado em nível nacional, através do CNPG. Isso também
25 evitaria que se ajuizasse uma Ação Civil Pública para cada caso concreto em que as
26 instituições negassem a informação de caráter público. Deliberou-se no sentido de
27 encaminhar a matéria para a Vice-Presidente Doutora Cláudia Luz, Procuradora-Geral
28 Militar. Nos Informes da Presidência, Doutor Cláudio indagou do Colegiado se haveria
29 algum tema a ser focado pela Assessoria de Comunicação no final de ano. O
30 Procurador-Geral de Goiás, Doutor Benedito Torres, propôs à apreciação do Conselho o
31 tema da Exploração Sexual da Criança. A Procuradora-Geral do Ceará, Doutora Socorro
32 França, propôs um tema da educação. O Procurador-Geral de Santa Catarina, Doutor Lio
33 Marin, propôs o tema: Infância e Juventude - proteção integral. O Procurador-Geral do
34 Paraná, Doutor Olympio, propôs uma campanha de doação aos fundos municipais de
35 apoio à criança e ao adolescente. O Procurador-Geral do Tocantins, Doutor Clenan
36 Renaut, sugeriu o tema da Acessibilidade para o mês de janeiro. Um outro Informe da
37 Presidência referiu-se a temas a serem abordados em um livro que será lançado no
38 âmbito do Congresso Internacional do CNPG. Um outro assunto abordado pela
39 Presidência foi o relativo a Representação ajuizada pelo CNPG referente a Medida
40 Provisória, que foi arquivada por já ser objeto de ADIN. Foram distribuídas cópias aos
41 Procuradores-Gerais. Foi escolhido o Procurador-Geral da Paraíba para elaborar estudo



1

1em resposta a Ofício encaminhado pelo CNMP, referente a regulação de Forças Especiais
2e de Grupos Especiais. Foi ainda distribuído pela Presidência aos membros do Colegiado
3cópia do Extrato do Acordo de Cooperação com o Ministério da Justiça relativo `a
4alienação de bens ligados ao narcotráfico. Doutor Cláudio também se comprometeu junto
5ao colegiado de enviar as informações pertinentes ao processo de contratação da
6Consultoria de Segurança nos Estados Unidos. O Procurador-Geral de Goiás, Doutor
7Benedito Torres Neto, trouxe à tona a questão do fortalecimento do Ministério Público,
8para viabilizar o quinto do MP nos Tribunais Regionais Eleitorais, bem como a indicação
9de mais dois membros do MP Estadual para comporem o CNMP. Ficou decidido que o
10Doutor Benedito Torres dará o devido encaminhamento por meio de um Anteprojeto a
11ser apresentado a este Conselho. O Procurador-Geral do Paraná, Doutor Olympio Sotto
12Maior Neto, sugeriu que fosse convidado o Procurador Geral da República para participar
13das reuniões, no sentido, também, de externar a ele questões em que se identifica a
14possibilidade de conferir maior coerência e legitimidade na escolha de representantes do
15MP em órgãos nacionais. O Procurador-Geral do Espírito Santo, Doutor Fernando Zardini,
16sugeriu que fosse conferido aos convidados das Reuniões do CNPG um certificado, cujo
17modelo disponibilizou. O Colegiado aprovou a proposta. Esclareceu que irá resgatar o
18Banco de Projetos das Boas Práticas e enviará o arquivo para a Secretaria Executiva. Nada
19mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG declarou encerrada a reunião, sendo por
20mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária Executiva, lavrada a presente ata.

21

22

23

24

Claudio Soares Lopes

25

Presidente do CNPG

26

27

28

29

Maria Helena Nunes Lyra

30

Secretária Executiva do CNPG

31